

RECURSO ESPECIAL Nº 1.579.120 - MG (2016/0013140-7)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : MARA MARGARIDA DE SOUZA
ADVOGADOS : HERMAN GONÇALO CAMPOMIZZI E OUTRO(S) - MG064831
BERNARDO CAMPOMIZZI MACHADO - MG106599
SIRLENE MARIA DE BRITO - MG057643
RECORRIDO : BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E
INVESTIMENTO
ADVOGADOS : MARCO ANTÔNIO FERREIRA E OUTRO(S) - MG095208
ITAGIRA FLOR DE MAIO COSTA - MG077814N

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado
(fl. 145, e-STJ):

AÇÃO DE DEPÓSITO - CONVERSÃO DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - PRELIMINARES DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR - SUPOSTAS ABUSIVIDADES ALÉM DAQUELA RECONHECIDA NA SENTENÇA - DISCUSSÃO - IMPOSSIBILIDADE, DIANTE DO FATO DE O EVENTUAL ACOLHIMENTO NÃO AFASTAR A MORA DA DEVEDORA - RECURSO DESPROVIDO - CORREÇÃO DO DISPOSITIVO DA SENTENÇA, EX OFFICIO. O art. 5º, XXXV, da CR/88, consagra o princípio da inafastabilidade da jurisdição, indicando que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Na ação de busca e apreensão convertida em depósito não é cabível a discussão a respeito da eventual abusividade de encargos, quando é notório que o decote dos valores porventura cobrados de forma indevida não afastará a mora da devedora. Deve ser rejeitada a preliminar de falta de interesse de agir, pois o recurso ao Poder Judiciário mostra-se útil e necessário para que a autora persiga a satisfação de sua pretensão, de ver o bem, objeto da garantia por alienação fiduciária, depositado. Na hipótese em tela, não há que se falar em limitação de qualquer encargo contratado, senão aquela limitação determinada na sentença - que ora não pode ser reanalisada, sob pena de reformatio in pejus -, tendo em vista que o objetivo da ação de depósito não é o valor das prestações, mas, repita-se, a entrega do bem ou seu equivalente em dinheiro. Ademais, revela-se descabida a pretensão de revisão do contrato,

dentro da ação de depósito, quando a inadimplência da ré é persistente, ao menos quanto ao valor principal, o que é suficiente para comprovar seu inadimplemento. Sendo a ação de depósito, a eventual condenação deve ser para que a ré entregue o veículo ou seu equivalente em dinheiro, não os valores das prestações, decotados eventuais valores indevidos. Por isso, apesar de o julgador primevo ter condenado a recorrente, no prazo de 24 horas, entregar o bem ou pagar o saldo devedor, deve ser corrigido o erro, *ex officio*, para consignar no dispositivo da sentença que a ré deve, no prazo de 24 horas, entregar o bem ou o seu equivalente em dinheiro.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 167/175, e-STJ).

Em suas razões, a recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 902 e 904 do Código de Processo Civil de 1973.

Sustenta, em suma, que não se verifica o interesse de agir na propositura da ação de busca e apreensão, convertida em ação de depósito, uma vez que não se encontra em mora, pelo fato de a cobrança de juros e encargos contratuais – sobretudo a comissão de permanência – se dar de forma abusiva.

Argumenta que, ao ser compelida a entregar o bem objeto da alienação fiduciária ou o equivalente em dinheiro, foi-lhe extirpada a opção de depositar o valor da dívida, nas hipóteses em que esta apresenta valores inferiores.

Defende, ainda, a possibilidade de discussão da abusividade das cláusulas contratuais na ação de busca e apreensão.

Requer, por fim, a limitação dos juros à taxa de 12% ao ano.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 247, e-STJ).

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 249/252, e-STJ.

Interposto agravo de instrumento, foi dado provimento a ele para análise do recurso especial.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, sob o rito dos recursos

especiais repetitivos, em relação à configuração da mora, fixou os seguintes entendimentos: (i) afasta a caracterização da mora a constatação de que foram exigidos encargos abusivos no contrato, durante o período da normalidade contratual; (ii) não afasta a caracterização da mora quando verificada a simples propositura de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual (REsp 1061530/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/3/2009).

No caso, as instâncias ordinárias apenas reconheceram a abusividade da comissão de permanência, encargo que é exigido somente no interregno de inadimplemento contratual, o que, conforme entendimento consolidado do STJ, não afasta a mora.

Nesse sentido:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. BANCÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NOTIFICAÇÃO PESSOAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO.

CARACTERIZAÇÃO DA MORA. ENCARGO ABUSIVO NO PERÍODO DA ANORMALIDADE CONTRATUAL. SÚMULA N. 83/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

2. A Segunda Seção deste Tribunal, no julgamento do REsp n. 1.061.530/RS, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, consolidou o entendimento de que: "a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descaracteriza a mora; b) Não descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual" (REsp n. 1.061.530/RS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/3/2009). Além disso, o depósito dos valores tidos como incontroversos, por si só, não é suficiente para descaracterizar a mora do devedor, sendo necessário,

para tanto, que se observe a orientação citada.

3. No caso concreto, foi mantida a caracterização da mora, por ter sido reconhecida a abusividade de encargo exigido apenas no período de anormalidade contratual, qual seja, a comissão de permanência. Incidência da Súmula n. 83/STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 779.155/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/11/2015, DJe 26/11/2015)

CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA.

ABUSIVIDADE. AFASTAMENTO DA MORA. DESCABIMENTO. DECISÃO MANTIDA.

1. "A cobrança de encargos abusivos no período da inadimplência contratual (comissão de permanência), não tem o condão de afastar a mora do devedor, entendimento este em conformidade com a jurisprudência pacífica desta Corte Superior, firmada por ocasião do julgamento do Recurso Especial 1.061.530/RS, submetido ao rito dos recursos repetitivos, instituído pelo artigo 543-C do CPC, segundo o qual 'o reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descaracteriza a mora'" (AgRg no AREsp n. 507.275/MG, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 5/8/2014, DJe 8/8/2014).

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 239.419/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/2015, DJe 11/09/2015)

Em relação à alegação de divergência na interpretação dos arts. 902 e 904 do Código de Processo Civil de 1973, com razão a recorrente.

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que a equivalência em dinheiro prevista nesses dispositivos deve ser lida como o valor do bem depositado e não do saldo devedor, salvo se este for inferior ao primeiro.

A propósito:

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO. AÇÃO DE DEPÓSITO. ATOS DE DISPOSIÇÃO. INFIDELIDADE. AMEAÇA DE PRISÃO. CÁLCULO DO EQUIVALENTE EM DINHEIRO. VALOR DE

MERCADO DA COISA DESDE QUE MENOR QUE O VALOR DA DÍVIDA.

I. Em princípio, legítimo o decreto de prisão do depositário judicial na execução de título extrajudicial, desde que injustificado o descumprimento do dever de guarda e conservação assumido e desprezada a oportunidade do depósito do valor estimado do bem.

II. Todavia, interpreta-se a equivalência em dinheiro prevista nos arts. 902, I e 904, da lei instrumental civil, como o valor do bem depositado e não o saldo devedor do débito, salvo se este for inferior ao primeiro, o que deve ser apurado mediante prova pericial deduzida em juízo. Precedentes.

III. Ordem concedida.

(HC 62.739/MG, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2007, DJ 19/11/2007, p. 229)

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. Depósito. Equivalente em dinheiro. O equivalente em dinheiro (art. 902 do CPC) corresponde ao valor da coisa, ou ao valor da dívida, se este for menor. Recurso conhecido pela divergência, mas improvido.

(REsp 239.739/DF, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/6/2000, DJ 8/4/2002, p. 125)

No que se refere à alegação de possibilidade de discussão das cláusulas contratuais em sede de ação de busca e apreensão, verifica-se que, nas razões do recurso especial, não houve indicação de quais dispositivos de lei federal teriam sido violados pelo acórdão local, fato esse que atrai a incidência da Súmula 284/STF, aplicável aos recursos interpostos por ambas as alíneas (art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal).

De igual teor:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. SÚMULA N. 284/STF. DANOS MORAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O conhecimento do recurso especial exige a indicação dos dispositivos legais supostamente violados. Ausente tal requisito, incide a Súmula n. 284/STF.

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ.

3. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do referido óbice para possibilitar a revisão. No caso, o valor estabelecido pelo Tribunal de origem não se mostra excessivo, a justificar sua reavaliação em recurso especial.

4. Agravo interno a que nega provimento

(AgInt no AREsp 1126226/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, Julgamento 24/10/2017, DJe. 30/10/2017).

De forma semelhante, o recorrente não indicou o dispositivo tido por violado em relação à alegação de abusividade na cobrança dos juros remuneratórios. Incide, no ponto, a Súmula 284/STF.

Ainda que assim não fosse, entende este Tribunal que o fato de as taxas de juros excederem o limite de 12% ao ano não configura abusividade, devendo, para seu reconhecimento, ser comprovado sua discrepância em relação à taxa média de mercado divulgada pelo BACEN. O entendimento foi consolidado com a edição da Súmula 382 do STJ.

Em face do exposto, dou parcial provimento ao recurso especial, apenas para determinar que a equivalência em dinheiro, prevista no art. 904 do Código de Processo Civil de 1973, seja interpretada como o valor do bem depositado, e não do saldo devedor, salvo se este for inferior ao primeiro.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora